

Diário do Legislativo de 26/07/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 25/7/2008, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça, informando que a Vara de Execuções Criminais da Comarca de Ribeirão das Neves conta atualmente com a cooperação de 28 Juízes de Direito Substitutos. (- À Comissão de Administração Pública.)

Do Sr. Vítor Penido, Deputado Federal, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.547/2008, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Humberto Ferreira de Carvalho Neto, Superintendente Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento, comunicando, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, que o Ministério da Agricultura celebrou o Convênio nº 001/2008 com o IMA e encaminhando o extrato do referido convênio, publicado no "Diário Oficial da União" em 14/7/2008. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Maurício Campos Jr., Secretário de Defesa Social (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 846/2007, da Comissão de Direitos Humanos, e 2.545/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira. .

Do Sr. Raphael Guimarães Andrade, Secretário de Desenvolvimento Econômico, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.919/2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1/2007, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1/ 2007.)

Do Sr. Martim Francisco Borges de Andrada, Prefeito Municipal de Barbacena, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.239/2008, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.239/2008.)

Do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.250/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Ten. Cel. Waldir Figueiredo Vieira, Comandante do 2º BBM, prestando informações relativas ao Requerimento nº2.558/2008, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Dimas Wagner Lamounier, Superintendente Regional da Caixa Econômica Federal, informando a celebração dos contratos que menciona, firmados entre essa Caixa e a Copasa-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.682/2008, da Comissão de Política Agropecuária.

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (3), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 1/2007,1.689/2007, ao Projeto de Lei Complementar nº 25/2007 e ao Projeto de Lei nº 2.343/2008, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se os ofícios e as notas técnicas aos respectivos projetos de lei.)

Do Sr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário Adjunto de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.000/2008, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Juliano Fisicaro Borges, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social, informando que o governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, realizará, nos dias 11 e 12/9/2008, a III Conferência Estadual de Direitos Humanos e solicitando a colaboração desta Casa para a organização do referido evento.

Do Sr. Paulo Cezar Neves Marques, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.603/2008, da Comissão de Saúde.

Da Sra. Soiara Suziney Xavier, Gerente de Filial II da Gerência de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Gidur - BH da CEF, informando a liberação de recursos financeiros referentes à parcela do contrato que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Da Sra. Elaine Rodrigues Santos, Diretora de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, informando a liberação, para este Estado, dos recursos financeiros referentes ao contrato que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Silvano Silvério da Costa, Ordenador de Despesas substituto, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (2), informando a liberação dos recursos financeiros referentes aos convênios que menciona, firmados com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.434/2008, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Leonardo Pereira Rezende, Presidente da OAB-MG, 91ª Subseção - Viçosa, solicitando aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 26/2008. (- Anexa-se ao Projeto de Lei Complementar nº 26/2008.)

Do Sr. Carlos Expedito Marques, Presidente Voluntário da Apae - Divinópolis, encaminhando o relatório de atividades da instituição de 2007, bem como cópia do balanço patrimonial da entidade de 2007.(- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Wanderlino Teixeira de Carvalho, Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação, comunicando o lançamento de consulta pública nacional sobre normas de referência para o setor de saneamento e ressaltando a importância da participação desta Casa para o desenvolvimento dos serviços de água e esgoto no País. (- À Comissão de Saúde.)

De membros da Escola Família Agrícola Bontempo, de Itaobim, solicitando a realização de audiência pública nesse Município com o objetivo de discutir os problemas que menciona dessa Escola, bem como para tratar de questões relativas à educação no meio rural, no Vale do Jequitinhonha. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

63ª reunião ordinária da 2ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 15/7/2008

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, que criamos há 13 anos para mostrar, com transparência, o que acontece dentro desta Casa. Hoje, estamos em mais de 300 Municípios em todo o Estado de Minas Gerais e brevemente seremos transmitidos em canal aberto. Foi um trabalho que este Deputado iniciou há 13 anos nesta Casa. Concedo aparte ao Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exa. dizendo que certamente a transmissão da TV Assembléia por canal aberto permitirá que milhões de pessoas em nosso Estado acompanhem o trabalho dos Deputados nesta Casa, seja nas comissões, seja em Plenário.

Eu havia pedido a palavra pela ordem, Deputado Alencar da Silveira Jr., mas o Presidente, entendendo que já estávamos na fase da palavra dos Deputados, do pinga-fogo, passou a palavra a V. Exa., e pedi ao Deputado o aparte. De qualquer forma, gostaria de registrar a questão de ordem.

Em primeiro lugar, Presidente, parece que ouvi V. Exa. dizer que o Deputado Padre João teria dito que o Deputado que não estivesse em Plenário não estaria presente. Acreditamos que aqui ainda existe o Regimento Interno. Por exemplo, estão em funcionamento as Comissões de Administração Pública e de Segurança Pública, da qual farei a abertura agora mesmo, às 14h30min, em que a presença do Deputado é reconhecida aqui - se o Deputado está na comissão, conta-se sua presença aqui; do contrário, não há como manter o funcionamento das comissões. Caso eu tenha entendido errado, Presidente, V. Exa. me corrija, até porque uma fala como essa é muito preocupante.

Mas, aproveitando o aparte que me foi concedido pelo Deputado Alencar da Silveira Jr., quero dizer que, depois de um ano solicitando ao Presidente desta Casa que colocasse em votação requerimentos das comissões, os requerimentos foram postos em votação. Um ano depois. Isso atrapalha muito o trabalho das comissões, o exercício fiscalizador deste Poder e, o que é pior, atrofia as nossas ações de parlamentares como Poder que fiscaliza Poder. Portanto, quero registrar minha indignação com a Mesa desta Casa por não priorizar os requerimentos e o trabalho das comissões.

Aproveito para fazer um apelo aos Deputados Alencar da Silveira Jr. e Doutor Viana, como membros da Mesa: que priorizem os requerimentos das comissões, que são como os pulmões desta Casa - seu trabalho precisa chegar à Mesa; esse funil precisa abrir-se um pouco mais, para que as respostas cheguem às comissões e os Deputados possam desenvolver o seu trabalho nesta Casa. Agradeço ao Deputado Alencar da Silveira Jr. o aparte que me concedeu.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Voltando ao nosso pronunciamento, Presidente, quero dizer que, com as andanças que fazemos acompanhando o nosso querido América Futebol Clube, tive a oportunidade de ir, na última quarta-feira, à cidade de Formiga.

Fiquei assustado, Sr. Presidente, quando passava na MG-050. Não entendi ainda, mas talvez isso já tenha sido falado nesta Casa por algum Deputado daquela região que usa aquela estrada e que, como eu, deparou com dois pedágios de R\$3,30 cada até Formiga, numa parceria público-privada. Foi entregue uma rodovia à iniciativa privada, a qual estão explorando e não fizeram gracinha alguma. Não entendi e não entendo isso. Estou passando o caso para o Ministério Público, Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, e pedirei o apoio dos Deputados de Divinópolis e dos Deputados votados até Formiga, que estão pagando R\$3,30. O que estão fazendo com a população e com os usuários daquela estrada é um crime. Ao cobrar pedágio de uma estrada que não tem acostamento, não tem pista dupla, pode-se saber que alguém está ganhando alguma coisa por fora, mas não tem como aceitarmos isso.

Não uso aquela estrada, sou morador de Belo Horizonte, porém, fiquei indignado. Trata-se de uma estrada que recebe caminhões de carvão do Mato Grosso e chega até Itatiaiuçu, e não tem acostamento nem o número de veículos exigido para haver pedágio. Não dá para entender por que o governo faz isso com os usuários daquela estrada.

Fica aqui o meu protesto. Estou encaminhando um pedido ao Ministério Público para que se dê uma olhada no contrato, na estrada, porque é uma vergonha, uma brincadeira o que está acontecendo.

Sr. Presidente, ontem também estive em Crucilândia e fiquei assustado com algumas coisas. Por exemplo, conversando na cidade, ouvi o pessoal falar que o Prefeito rouba, mas que ele é muito bom, que ele rouba, mas faz. O Brasil está desse jeito porque a população ainda aceita essa situação. Ouvi lá ontem: "Temos muitas obras aqui, sabemos que o Prefeito está roubando, mas ele está fazendo alguma coisa, está fazendo asfalto". Só que a população de Crucilândia tem de entender que, com o dinheiro daquele asfalto, dava para asfaltar a cidade inteira. Fiquei assustado quando vi que um Prefeito que não tinha patrimônio algum comprou fazenda - e me falaram que no valor de R\$350.000,00 -, casa de não sei quanto, apartamento em Belo Horizonte. Dá para assustar. Falei que iria registrar isso hoje, e estou registrando. É aquele negócio: ele rouba, mas faz. Temos de entender que isso não pode acontecer na vida pública. Nesses vinte e poucos anos de vida pública, nesses seis mandatos, fico assustado quando vejo acontecer isso, dessa maneira.

Fica aqui, Sr. Presidente, o registro deste Deputado. Não basta mostrar que é sério, tem de ser sério. O moço que fala para não roubar e não deixar roubar, se na sua cidade não há roubo, dá para fazer o máximo possível, o dobro do que é feito hoje.

Quero lembrar também, Sr. Presidente, que estamos solicitando a esta Casa a liberação da internet e do computador dentro desta Assembleia.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Deputado Alencar da Silveira Jr., a Presidência retoma a palavra para falar aos funcionários presentes, os quais a Assembleia recebe carinhosamente, que o Deputado está falando e que é preceito legal e principal de Deputado, como parlamentar, falar. A Presidência explica aos presentes que, até as 15h30min, o momento é do Grande Expediente, quando os Deputados usam a tribuna para se expressarem, não havendo votação nesse período.

Após as 15h30min, começa o período de votação. Peço esse entendimento dos presentes para manterem a ordem, a fim de darmos continuidade aos trabalhos da Assembleia dentro da normalidade. Com a palavra, o Deputado Alencar da Silveira Jr.

O Deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, quero apenas lembrar que só escuto quem me escuta. Não estão-me escutando, mas não tem problema.

Peço a esta Casa solicitação para ocuparmos esta tribuna a fim de pormos um "notebook" aqui, descer um telão ali e "jogarmos um cassino". Quer dizer, jogarmos como num cassino, numa maquininha de caça-níquel, num videopôquer, desta tribuna. Se eu pegar o meu celular agora... Outro dia mostrava a um amigo Juiz e a alguns Promotores: "Olhem aqui". O que acontece? Seria bacana transformarmos este Plenário num cassino, porque o jogo existe e está aí, na internet. Então, já passou da hora de ser legalizado, ou seja, de ser um jogo que não ganha, não explora e não paga imposto. É um jogo que está na linha. Tenho ligado para várias pessoas a fim de dizer: "Esse jogo aí está na internet. Olhem essa máquina de caça-níquel. Dê-me um código e mostro". Então, temos de mostrar a toda a população e às autoridades que o jogo está em todo o Brasil e, portanto, já passou da hora de recolher impostos e de legalizá-lo.

Sr. Presidente, a Globo elaborou recentemente uma pesquisa em que diz que 72% da população é favorável à legalização do jogo no Brasil. Já passou da hora de legalizá-lo. Então, mais uma vez, falamos aqui dessa defesa.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que continua o nosso movimento contra a transferência da rodoviária para o Bairro Calafate. O edital foi para a rua. Não acredito que a Prefeitura cometerá esse crime naquela região de Belo Horizonte. Há 16 ou 17 anos, quando Vereador em Belo Horizonte, elaborei um projeto transferindo a rodoviária do Centro de Belo Horizonte para a região do Calafate. Esse projeto foi aprovado. Todavia, o Prefeito não tomou providência alguma, e, após 16 anos, estão propondo transferi-la para o mesmo local. Só que, 16 anos depois, os cursos da Católica aumentaram, surgiu o Bairro Buritis - aliás, quem vai da Lagoinha ao Buritis passa pela Avenida Silva Lobo - e a Via Expressa foi aberta. Então, o movimento é intenso. A construção da rodoviária ali atrapalhará o trânsito e acabará com o bairro. "Data venia", a desvalorização dos imóveis hoje naquela região já é uma realidade.

Então, lembro a todos o nosso movimento contra a rodoviária no Bairro Calafate. Faremos um movimento nesta Casa pelos Vereadores que são votados. O pior, Sr. Presidente, é que o edital deixou claro que quem ganhar, antes de começar a construção da rodoviária poderá explorar o atual terminal, que nós aqui tiramos da iniciativa privada e mandamos para a Prefeitura. Mostramos que empresário não pode ficar ganhando dinheiro com coisa pública. Todavia, a Prefeitura de Belo Horizonte manda o terminal de volta à iniciativa privada. Então, apesar de todo o trabalho que tivemos e tudo o que mostramos aqui, a PBH faz o terminal retornar à iniciativa privada.

Portanto, fica aqui o convite de todos os Deputados votados em Belo Horizonte - aliás, quando digo Deputados votados em Belo Horizonte, refiro-me a 77 Deputados. Todos os Deputados tiveram votos em Belo Horizonte. Por exemplo, Deputado mora no Triângulo Mineiro, mas tem os seus mil votos aqui. Temos de nos preocupar, ou seja, esta Casa em geral tem de preocupar-se com Belo Horizonte e conseguir uma forma de melhorar o sistema viário. Não conseguimos mais andar de carro em Belo Horizonte. Aliás, essa situação piorará.

Peço apoio aos Deputados do PT votados em Belo Horizonte, do Deputado André, que sabe da situação, já viu, e tenho certeza de que fará frente a esse movimento, porque não podemos aceitar a rodoviária no Bairro Calafate. Não podemos deixar que a Prefeitura de Belo Horizonte tente acabar com um local onde hoje é bom morar. É o que gostaria de expor, Sr. Presidente. Quero deixar bem claro aos funcionários que estão aqui, para acabar com os seus anseios, que apresentei um requerimento, que será votado após o pronunciamento dos oradores, antecipando o projeto dos companheiros; companheiros que torcem pelo Atlético, com balões pretos e brancos; companheiros que torcem pelo América, com balões verdes e brancos; e pessoal do Villa Nova. Cruzeiro que é Cruzeiro não há nem no meio dos funcionários. Um abraço e muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Jayro Lessa - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana; senhores da Mesa; Sras. e Srs. Deputados; Deputados Alencar da

Silveira Jr., Paulo Cesar, Fabinho, Eros Biondini e Elisa Costa; pessoas presentes nas galerias; telespectadores da TV Assembléia; imprensa; demais presentes; população de Minas Gerais. Boa tarde.

Ocupo hoje esta tribuna para falar de uma grande vitória para a população de Governador Valadares. Trata-se da instalação da empresa Aracruz Celulose no Município. Depois de muito empenho de todos os valadarenses, finalmente ontem, 14 de julho, a Aracruz Celulose e o governo do Estado assinaram um protocolo de intenções na Prefeitura Municipal - cerimônia bastante tímida pelo tamanho do empreendimento: R\$8.500.000.000,00 - sobre a instalação de uma unidade fabril da empresa, que poderá acolher três fábricas, com investimento inicial de mais de US\$2.000.000.000,00, algo em torno de R\$5.000.000.000,00, incluindo-se compra de terras, formação de florestas e investimento industrial.

Estamos falando, senhoras e senhores, de um total de 40 mil empregos para Governador Valadares, significando um novo tempo para o Município, marcado por um povo trabalhador, por uma comunidade muito sofrida e milhares de valadarenses que hoje amargam os efeitos negativos da imigração, necessitando de novas oportunidades de trabalho.

A construção da primeira fábrica do empreendimento mineiro deverá envolver cerca de 10 mil profissionais, para as áreas florestal e industrial. Cerca de 5 mil pessoas serão capacitadas para atender à demanda, privilegiando a mão-de-obra local. Em operação em 2015 - faltam sete anos -, a primeira fábrica deverá proporcionar cerca de 14 mil empregos diretos e indiretos, sendo 3 mil diretos na área florestal e 700 na área industrial, e aproximadamente 10 mil empregos indiretos. As duas fábricas, quando em operação, deverão gerar 40 mil empregos diretos e indiretos em Governador Valadares.

A confirmação desse empreendimento para Governador Valadares é uma grande vitória para toda a população. Em março deste ano, iniciamos uma campanha apartidária no Município, mobilizando a população para pedir ao Governador Aécio Neves a instalação da empresa. O movimento Aracruz em GV - Agora É com Você tomou grande proporção na cidade, envolvendo estudantes, trabalhadores, empresários, comunidades, representantes de entidades e imprensa.

Estive com o Vice-Presidente da República, Dr. José Alencar, solicitando sua intervenção. Ele enviou uma carta à Diretoria da Aracruz, pedindo que considerasse o interesse do Município de Governador Valadares. Ele ligou pessoalmente para a Diretoria acionista da Aracruz - Grupo Votorantim, Banco Safra e Lorentzen - pedindo seu empenho no atendimento à reivindicação do Município e mostrando que Governador Valadares, por suas potencialidades, é a cidade ideal para receber uma unidade da Aracruz Celulose.

Ontem, o Vice-Presidente José Alencar manifestou sua alegria ao saber que o nosso esforço não foi em vão e que agora a instalação da Aracruz é realidade no Município.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Saúdo o Deputado Jayro Lessa, os servidores e todos que se encontram aqui nesta tarde. Deputado, quero registrar o seu empenho, ao longo desses anos, em atender os interesses de Governador Valadares e região.

Sabemos que se trata de um projeto de médio e longo prazos, mas que cria imediatamente um ambiente econômico e político que beneficia uma região historicamente esquecida, do ponto de vista das saídas econômicas, sociais e, principalmente, do cuidado ambiental. Em alguns momentos da sua vida, o senhor teve de sair da nossa cidade, como muitos valadarenses. Hoje, 40 mil pessoas de Valadares e região estão no exterior. Eles foram em busca de oportunidades, melhor emprego e melhores condições salariais.

Acredito que esse momento, que reuniu todas as forças, sob sua liderança, contribuiu enormemente para que as forças sociais, as forças políticas, os movimentos da cidade, a Câmara, enfim, que todos os Deputados da região se juntassem em prol do empreendimento. Também ressalto o esforço do Presidente Lula, da Ministra Dilma, do Vice-Presidente José Alencar e do governo de Minas, para que o Vale do Rio Doce pudesse receber investimentos privados, como também públicos, como é o caso do nosso Cefet e da nossa universidade pública, tão importantes quanto a unidade industrial da Aracruz. O Plano de Aceleração do Crescimento - PAC - hoje destina mais de R\$140.000.000,00 para Governador Valadares e região.

Parabéns pela sua luta! A vitória é de todos. A vitória é da cidade, da região, do Vale do Rio Doce. Muito obrigada.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Deputado Jayro Lessa, serei breve. Quero apenas parabenizar a população de Governador Valadares pela vitória, por levar a Aracruz Celulose para aquela cidade. V. Exa. teve papel fundamental na ida da nova planta da Aracruz Celulose para Governador Valadares.

Como líder, como representante do povo dessa cidade, com a Deputada Elisa Costa, junto ao Governador Aécio Neves, V. Exa. teve papel fundamental na construção de um novo modelo da nossa região. Essa fábrica prestigiará e trará benefícios não apenas a Governador Valadares, mas também a toda a região, incluindo Municípios onde sou votado na bacia do Suaçuí, no Centro-Nordeste mineiro.

Parabéns a V. Exa pelo excepcional trabalho e pela luta constante em busca da melhoria da qualidade de vida dessa população.

O Deputado Jayro Lessa - Muito obrigado, Deputado Gustavo Valadares.

Deputada Elisa Costa, ontem tive a alegria de receber a notícia sobre a Aracruz Celulose, mas, ao mesmo tempo, à tarde tive conhecimento de que a duplicação da BR-381 será feita por PPP, e não será, infelizmente, pelo PAC. Por isso, chegará apenas até Ipatinga. Temos de recomeçar essa luta junto ao Vice-Presidente, Dr. José Alencar Gomes da Silva.

Você, como a base do governo Lula, deve levar isso à Ministra Dilma, porque é de suma importância para toda a região a duplicação da rodovia até Governador Valadares. Uma outra coisa é que essa duplicação não pode ser feita pelo sistema privado, porque o pedágio será caro.

Essa é uma luta nossa, e temos de continuá-la. Faz parte do projeto dessa região. Temos de ter cuidado nessa situação, para que possamos modificar o acordo que, infelizmente, a Ministra Dilma fez com o Governador.

Quero agradecer ao Sr. José Alencar seu apoio incondicional, manifestando amor à terra mineira. Parabenizo o povo de Governador Valadares pela luta e empenho, que resultaram nessa vitória que certamente vai transformar o Município num grande pólo industrial. Meus agradecimentos especiais ao Sr. Carlos Lira Aguiar, Diretor-Presidente da Aracruz Celulose, o qual declarou: "A opção por Minas Gerais deveu-se principalmente ao apoio da sociedade local ao empreendimento, traduzido no convite do governo do Estado para implantar uma unidade na região". Agradeço ainda ao Governador Aécio Neves por considerar Governador Valadares como um Município propício para o investimento, resultando no desenvolvimento pleno de Minas Gerais.

Declaro minha imensa alegria em saber que minha terra, Governador Valadares, agora vai desfrutar um novo tempo, traduzido em desenvolvimento, gerando emprego, renda e melhores condições de vida para as famílias que ali vivem.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Prezado Deputado Jayro Lessa, quero cumprimentá-lo e dar o testemunho da sua luta. Acompanho o trabalho sério de V. Exa. nesta Casa desde o mandato anterior. É com muita razão que comemora essa conquista importante para Minas Gerais e obviamente para Governador Valadares, região que V. Exa. tão bem representa aqui nesta Casa. Sabemos quanto é séria essa questão. É importante demais essa luta, por atrair investimentos. Hoje mesmo estarei com o Governador do Estado, pois estamos numa luta importante para Divinópolis, com a ida da Proema para a cidade. Trata-se de uma empresa ligada ao ramo automobilístico, na área de fundição e de autopeças. Estamos num processo bastante adiantado e contamos com o apoio do governo do Estado. Sem esse apoio, isso não seria possível.

Portanto, sei como é essa luta. V. Exa. está numa fase mais adiantada, pois já pode anunciar de forma definitiva, como, de resto, o próprio Governador e a imprensa têm feito. Sei da luta de V. Exa. desde o primeiro momento. Quero dizer que, assim como V. Exa. teve êxito, haveremos também de ter êxito para o Centro-Oeste, com a Proema, cujo processo já está em fase adiantada. Isso é o governo de Minas trabalhando com seriedade para atrair investimentos. Parabéns.

O Deputado Jayro Lessa - Muito obrigado, Deputado Domingos Sávio. Devo dizer a V. Exa. que o Governador Aécio, junto ao seu secretariado, realmente tem procurado trazer empresas para novos investimentos em Minas Gerais.

Devo esclarecer que a nossa região de Governador Valadares está entre as mais pobres do Estado. Não sei V. Exa. teve a felicidade de conhecê-la. Divinópolis é bem mais desenvolvida no aspecto econômico, com um povo com a situação econômica bem melhor que a nossa Governador Valadares.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Jayro Lessa. Gostaria de cumprimentar V. Exa. Sei da dedicação e da luta que vem empreendendo. Ontem V. Exa. conseguiu efetivar essa grande conquista para Governador Valadares e para toda a região. V. Exa. iniciou o discurso, ao qual prestei atenção, e trata-se de um dos maiores empreendimentos já implantados em Minas Gerais, particularmente na sua região, com sua dedicação e projeto. É tão bom quando um parlamentar vem à tribuna, como o fez V. Exa., para manifestar e comunicar à região e à cidade esse grande momento que Governador Valadares hoje, com certeza, viverá, por meio desse grande investimento, do qual certamente V. Exa. foi o grande responsável. Peço a V. Exa. que leve nossos parabéns ao caríssimo Prefeito Mourão, aos Vereadores e a toda a comunidade, assim como a Deputada Elisa Costa já se manifestou. V. Exa. fez um trabalho suprapartidário. Quem está ganhando é o povo, e V. Exa., sem dúvida alguma, comandou muito bem esse processo de êxito da implantação da indústria. Parabéns a V. Exa.

O Deputado Jayro Lessa - Muito obrigado. Devo dizer a V. Exa. que, realmente, é o maior investimento privado em Minas Gerais, R\$8.500.000.000,00 são uma fábula de dinheiro em qualquer lugar do mundo. Governador Valadares disputou tanto com a China, pois o empreendimento poderia ter ido para lá, quanto com o Vietnã, a Argentina, o Uruguai. Esse empreendimento poderia ter ido para qualquer um desses países ou para qualquer cidade. A razão pela qual Governador Valadares foi beneficiada com essa fábrica é muito simples: o povo da cidade, a manifestação intensa de 200 mil pessoas, pedindo a Governador Valadares e à indústria que fosse para a região.

Isso foi fundamental para que essa indústria, uma atividade privada com fins lucrativos, entendesse que, já que o povo quer que eu vá, estarei lá trabalhando, tentando melhorar, matando o desejo desse povo.

Saliento a importância da união, que garante a conquista em todas as áreas, e agradeço a confiança do povo valadarense a este parlamentar, que, dia a dia, não mede esforços na Assembléia Legislativa para que o Vale do Rio Doce possa avançar.

Parabéns, Governador Valadares! Aracruz em Valadares, agora é para valer!

Espero que os manifestantes nas galerias se organizem, porque, nessa desordem, nada vai acontecer. Precisamos votar, e vocês estão manifestando uma tremenda falta de inteligência, atrapalhando nossa votação. Vocês realmente merecem maior valorização, mas não é assim que irão conseguir.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Meu caro Presidente, Deputados e Deputadas, chego ao Plenário com uma preocupação muito forte. E não apenas as preocupações deste instante, em que os servidores aguardam ansiosamente a votação do Projeto de Lei nº 2.431, que deve ocorrer após as 15h30min, mas também em relação à quebra da hierarquia, às mudanças que estão acontecendo no comportamento da sociedade brasileira, e sobretudo no caso da mais recente crise do Judiciário.

Preocupa-me sobremaneira, Sr. Presidente, porque, ao longo de 22 anos, lutei, como tantos outros companheiros, fui aos cárceres, contra a ditadura militar. E vejo hoje vácuos jurídicos, vácuos constitucionais, buracos negros da legislação brasileira que permitem o entrechoque entre as instituições de forma perigosa. Somente aqueles com mais de 45 anos, que assistiram à implantação da ditadura no Brasil em 1964, podem avaliar o perigo que corre o Brasil nos dias de hoje. Os Poderes começaram a se chocar, e o mais perigoso é que, naquele que devemos preservar, que é o Judiciário, começa a haver briga interna das mais ferozes. É a primeira vez na minha vida, Sr. Presidente, e sou um homem experiente, que assisto a tentativas de "impeachment" no âmbito do Supremo Tribunal Federal.

A questão institucional está hoje mais do que posta para a discussão e a apreciação de todos os brasileiros. Trata-se de uma preocupação que tem de ser profunda e deve ser refletida por cada homem, por cada mulher, mas sobretudo por cada jovem se se quiser ter liberdade e democracia no futuro próximo. A quebra das instituições está próxima. Não se respeita mais autoridade de nenhum nível. Não há mais respeito nem hierarquia neste país.

É preciso que nos preocupemos, Sr. Presidente, porque quem foi jornalista como fui, tendo meu jornal empastelado na ditadura, sabe como é duro e sofrido ter idéias e não poder expô-las, ter vontade de fazer e não poder trabalhar, ter de fugir ou, às vezes exilar-se. No momento, parece que o Brasil está anestesiado em relação à defesa dos princípios democráticos.

Não estou vendo no Senado da República nem na Câmara dos Deputados, em Brasília, um posicionamento coerente com a necessidade do povo que lá colocou os seus representantes. Não há uma preocupação com as famílias, com os trabalhadores, com as instituições. Há apenas aquele grande vácuo jurídico, um buraco jurídico que permite que as instituições comecem a brigar entre si. Isso é terrível para a democracia.

Podemos estar hoje com um pequeno problema; posso ter o meu problema; cada um de nós pode ter os seus problemas, mas o problema maior é da Nação brasileira. Este, se nos descuidarmos, se nos descurmarmos das nossas obrigações, Sr. Presidente, se não houver alguém para alertar a população brasileira, se a imprensa não começar a trabalhar de forma diferenciada para ressaltar os valores da democracia, já

estaremos correndo risco de, novamente, voltar a uma ditadura. Não é palavra solta ao vento nem, tampouco, uma reflexão solitária, mas, sim, um sentimento profundo de quem viveu, ao longo dos últimos 30 anos, a vida pública brasileira e que viu nascer o embrião da ditadura. E estamos, na América do Sul, cercados por plenos e potenciais ditadores. Maus exemplos nos cercam, da Venezuela à Bolívia, ao Equador. Há problemas institucionais na Argentina e no Brasil. Há o escangalhamento das estruturas democráticas com os choques das instituições.

Neste momento, Sr. Presidente, deixo de lado a minha vida pública na minha terra, na minha Teófilo Otôni, o meu interesse pessoal, para tentar falar com os companheiros Deputados de Minas, terra da resistência que se levantou nos momentos mais cruciais da Pátria brasileira, manifestando-se por meio da revolta de Tiradentes, da revolução liberal de 1842, com Teófilo Benedito Otôni, que nunca se calou nos instantes necessários da Pátria.

Hoje, Sr. Presidente, estou preocupado porque Minas voltou a ficar em silêncio nos momentos mais importantes. Esse é o instante que precisamos, Sr. Presidente, analisar com carinho. Não podemos nos deixar calar na hora mais importante da Pátria brasileira. Corremos risco institucional grave. No ano passado todos os Deputados assistiram e foram solidários numa ação forte, determinada, a fim de colocar no seu lugar o Ministério Público; forte, determinada, com uma participação total desta Assembléia. No entanto, agora o momento está a exigir de nós, mineiros, um outro enfrentamento, uma outra atitude. Que parta de Minas, já que não partiu do Rio Grande do Sul, do Distrito Federal, de Pernambuco, de São Paulo, o primeiro alerta de que o Brasil corre sérios riscos institucionais. Estamos vivendo uma ditadura da legislação feita à margem do Poder Legislativo. O Poder Judiciário adentra-se no Poder Legislativo e faz leis neste país; o Executivo também o faz, sem passar pelo Legislativo. Isso é grave, Deputado Paulo Guedes, perigoso. Quem viveu a ditadura sabe como é perigosa a quebra das instituições.

Por isso, Sr. Presidente, reservei o meu pronunciamento desta tarde para tentar fazer com que os mineiros que assistem à TV Assembléia, sobretudo, preocupem-se em ler melhor os jornais do dia-a-dia, em apreciar o noticiário e sentir que está havendo esgarçamento das instituições. Trata-se de um momento perigoso, que necessita de que cada brasileiro seja mais brasileiro e que se coloque à disposição para lutar pela defesa das instituições e, sobretudo, pelo equilíbrio dos Poderes.

Meu pronunciamento, Sr. Presidente, é quase um desabafo. Na minha juventude, sofri muito com a perseguição dos ditadores desta Pátria. Sofri, corri, mudei de República e tive de viajar, fugir da ditadura, e não quero passar minha velhice sob a tutela de mais um ditador. Este instante, Sr. Presidente, deve ser utilizado para alertar a Pátria brasileira. Mesmo que eu seja uma voz isolada, morrerei defendendo a democracia, que hoje corre risco.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; nossos servidores da rede estadual, aqui presentes, que hoje reivindicam, em justa causa, melhora de seus salários, aos quais nossas bancadas, do PT e do PCdoB, querem apoiar; telespectadores da TV Assembléia, que nos acompanham em mais de 300 cidades de Minas Gerais; hoje vamos falar sobre um órgão muito importante para o desenvolvimento de nosso Estado, especialmente o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Refiro-me ao DNOCS, que no próximo ano completará 100 anos de serviços prestados ao Nordeste brasileiro, ao semi-árido e, acima de tudo, ao Norte de Minas e ao Vale do Jequitinhonha.

Na sexta-feira passada, tivemos, em Montes Claros, a posse do engenheiro Marco Antônio Câmara como novo coordenador do DNOCS em Minas Gerais. A essa solenidade, muito prestigiada por dezenas de Prefeitos e Vereadores da nossa região, esteve presente toda a bancada norte-mineira de Deputados Estaduais e Federais, por acreditarem no potencial do DNOCS e por reconhecerem tudo que esse órgão já fez por nossa região; todavia, lá estiveram, com propósito superior, numa mobilização para que o DNOCS não feche suas portas. Esse órgão, que já teve mais de mil servidores em Minas, que foi o precursor do desenvolvimento de nossa região, que construiu as primeiras estradas, que fez eletrificação rural, que perfurou mais de 6 mil poços artesianos, levando água a milhares de comunidades daquela região, também passa por momentos difíceis. Há mais de 30 anos, não é realizado concurso público para renovação dos servidores do DNOCS, e hoje esse órgão centenário, que tanto fez, faz e com certeza ainda fará para nossa região, corre o risco de fechar suas portas por falta de servidores.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, quero somar minha voz à sua na defesa do DNOCS. Enquanto V. Exa. falava, eu refletia sobre os 100 anos de um órgão que tem buscado minimizar os problemas da seca, o que, sabemos, ainda não conseguimos realizar.

Teremos aí os nossos irmãos da região chamada Nordeste, principalmente a região da seca, começando por Minas Gerais, que ainda não têm como resolver as suas necessidades básicas por falta de água.

Conversando com meu assessor ali fora, lembrava-me de que o Estado de Israel, em maio de 1948, voltou a ser nação depois de centenas, de milhares de anos, de o povo judeu se ter espalhado pelo mundo. Deputado Getúlio Neiva, em 60 anos eles irrigaram o deserto e fizeram da exportação de frutas o maior negócio deles. Nesse período, eles levaram água ao deserto.

Deputado Paulo Guedes, sabendo que V. Exa. é muito preocupado principalmente com o povo de sua região, quero emprestar a minha voz para também pedir que o DNOCS seja, sim, revitalizado, porque acredito que um século desgasta muito um órgão. Espero que ele seja revitalizado e possa, sim, trazer uma resposta em prazo muito mais rápido e curto no tocante à questão da seca, da falta de água, que tanto aflige o nosso povo.

Esperamos que seja tomado como inspiração o modelo israelense, que, em 60 anos, conseguiu resolver um problema sério e numa situação mais delicada e inóspita do que a nossa, que é a situação do deserto. Israel fez de fato do deserto um jardim irrigado, um grande manancial, um grande produtor, e se fez um grande exportador a partir do deserto, com o trabalho empreendido ali. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. É importantíssimo o que V. Exa. acabou de dizer. É o que estamos fazendo aqui hoje, ou seja, um apelo ao governo federal e a todas as autoridades da região: somemos esforços para que o Ministério da Integração Nacional coloque mais recursos no DNOCS, mas, acima de tudo, autorize, o mais rápido possível, um novo concurso público, para que esse órgão não feche as portas por falta de servidores.

Deputado Vanderlei Miranda, apesar de todas as dificuldades dos últimos anos, apenas com 28 servidores, esse órgão tem superado muitas dificuldades de nossa região, está sendo a salvação de muitas comunidades rurais de nossa região.

Tive a oportunidade e a honra de ser coordenador desse órgão de 2003 a 2006, e, apesar desse pouco efetivo, conseguimos fazer muito em pouco mais de três anos. Levamos água a mais de 40 mil famílias do Norte de Minas e de parte do Vale do Jequitinhonha. Essa experiência nos orgulhou muito, porque, quando temos vontade de fazer as coisas e há determinação do governo - e aqui quero agradecer ao Presidente Lula e ao Ministério da Integração Nacional, que na ocasião deu todo o apoio para que resgatássemos esse órgão, que, aliás, foi extinto no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Apesar das dificuldades, esse órgão vem trazendo obras importantes para a região. Eu gostaria de falar da Barragem de Berizal, uma obra de fundamental importância para o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, na região de Taiobeiras. Essa obra abastecerá 10 cidades de nossa região. Essa obra se encontra paralisada há mais de quatro anos, em decorrência de questões ambientais.

Temos boas notícias. Agora, com a nova gerência dos órgãos do meio ambiente em Montes Claros e com a indicação da Dra. Taís para o cargo de Gerente Regional do Copam no Norte de Minas, esses trabalhos estão andando com maior velocidade. Tivemos a primeira vitória, com a licença ambiental da Barragem de Berizal.

Também está a todo vapor o licenciamento da Barragem de Congonhas, que garantirá o abastecimento de água a Montes Claros nos próximos 100 anos, bem como a revitalização do Rio Verde Grande, que garantirá o abastecimento de água a mais 37 cidades da região. Outras obras também importantes, como as Barragens do Vacaria, em Fruta de Leite, e do Calindó, em Manga, estão em fase de licenciamento, aguardado para os próximos dias. Dessa forma, daremos seqüência à construção dessas duas barragens.

Nos últimos 100 anos, o DNOCS já levou água para mais de 6 mil comunidades rurais da nossa região. É um órgão que fez tudo pela região e não pode, neste momento, ser fechado por falta de servidores. Portanto, fica aqui o nosso apoio ao novo coordenador, Dr. Marco Antônio Câmara, que assume missão difícil de reorganizar o órgão, fazer sua revitalização e executar as emendas e os recursos orçamentários. O ex-coordenador, que se afastou mês passado para se candidatar a Prefeito da cidade de Capitão Eneas, Dr. César Emílio, fez um bellissimo trabalho, ali deixou um dos maiores orçamentos da história do órgão. Cabe-nos, agora, conseguir os recursos humanos necessários, contratar servidores, para que as perfuratrizes que estão paradas no pátio voltem a ajudar a perfurar os poços e a socorrer os flagelados da seca na nossa região.

Sabemos que muito já foi feito, mas muito ainda precisa ser feito. Também nasci numa região seca, em São João das Missões, onde cresci vendo minha mãe carregar água na cabeça, e hoje essa região está, de certa forma, quase totalmente atendida com o abastecimento de água, graças ao trabalho do DNOCS.

Quero aqui trazer também o nosso agradecimento ao novo Diretor-Geral do DNOCS, que esteve em Montes Claros na última sexta-feira firmando com a nova coordenadoria o compromisso de fazer o possível para que o órgão volte a ser como antes, ou seja, forte, com condições de atender a todas as reivindicações da nossa região. Na sexta-feira passada ocorreu a comemoração dos cinco anos do Superintendente da Codevasf em Minas Gerais, Dr. Anderson Vasconcelos, que também vem fazendo um bellissimo trabalho frente à Codevasf.

Esses dois órgãos, o DNOCS e a Codevasf, em sintonia, são de fundamental importância para o desenvolvimento da nossa região, como bem sabe o nosso caro Deputado Gil Pereira, a quem concedo aparte.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)* - Sr. Presidente, parabeno o Deputado Paulo Guedes por seu discurso. Realmente, o DNOCS estava há várias décadas parado no Norte de Minas. Depois de sua ascensão, esse importante órgão deu um salto de qualidade e fez com que os olhos de Brasília se voltassem para ele. Tivemos a posse do Marcos, uma pessoa amiga de todos os políticos da região. Seu nome foi indicado pelos nossos Deputados Paulo Guedes e Virgílio Guimarães. Não tenho dúvida, Deputado Paulo, de que realmente todos os nossos sonhos serão realizados por meio do seu trabalho, da sua luta, e, como disse V. Exa., em parceria com a Codevasf, dirigida há cinco anos pelo Dr. Anderson.

Parabeno a indicação do Dr. Marcos e o trabalho que V. Exa. fez, com muita competência, na coordenadoria regional do DNOCS.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Gil Pereira. Por fim, quero parabenizar os 28 servidores do DNOCS, que, com muita luta e determinação, têm feito um trabalho histórico de sobrevivência do órgão, além de apoiar a nossa região.

Quero agradecer à bancada federal, especialmente aos Deputados Virgílio Guimarães, Humberto Souto, Márcio Reinaldo e José Santana, que não têm medido esforços para colocar emendas individuais e de bancada, como ocorreu neste ano, que somam um total de investimentos de mais de R\$25.000.000,00, para que o DNOCS possa enfrentar os problemas da seca na nossa região no ano de 2008. Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores públicos presentes na Casa do povo mineiro, telespectadores da TV Assembléia. Antes de abordar o assunto que me traz a esta tribuna, não posso deixar de cumprimentar o Deputado Getúlio Neiva - que já usou da tribuna nesta tarde - pelo seu espírito público, pela forma sempre competente e corajosa com que faz a defesa dos nossos valores democráticos, em que pese a, por vezes, todos nos sentirmos angustiados. A democracia é, sem dúvida, o principal instrumento que toda sociedade possui para se organizar, para se fazer representar e para assegurar, acima de tudo, a liberdade. Por isso, quando esses valores democráticos estão ameaçados, é preciso que estejamos todos atentos.

O Deputado Getúlio Neiva fez um pronunciamento, mais uma vez, corajoso, claro e eficiente, manifestando a sua preocupação com esse Estado um tanto quanto caótico, em que as instituições começam a ser postas em xeque. Acrescento à sua reflexão a minha preocupação com o fato de que as instituições devem, sim, pelo seu comportamento e pelo comportamento de seus membros, sempre merecer o respeito da população, e é aí que reside a essência da democracia. Se a população, os servidores públicos, é claro, todos os trabalhadores de todas as categorias, os cidadãos em geral, se, por alguma razão, eles passam a não acreditar nas instituições, aí, sim, existirá o principal ingrediente para colocar em xeque todo o ambiente democrático. E isso nos remete a um processo de autocritica, visto que quem exerce a atividade pública deve estar sempre disposto a fazer essa autocritica, essa avaliação em cada nível de poder, sobre como anda o comportamento de todos nós.

Para nossa tristeza, vemos, com freqüência, alguns elementos envergonhando o povo brasileiro, seja no exercício das suas atividades no Poder Legislativo - Deputados, Senadores e Vereadores -, seja em nível de Poder Executivo; e, agora, de maneira assustadora e também com freqüência, isso também está acontecendo no Judiciário, um Poder que sempre foi visto como intocável, mas não podemos enxergá-lo assim. Todo poder emana do povo e deve ser exercido em benefício do povo. Portanto, quem erra, esteja ele no Legislativo, no Executivo ou no Judiciário, deve fazer não só a sua autocritica, mas também deve ser punido de maneira dura e severa. Talvez seja aí que reside o grande problema da democracia brasileira: a impunidade, a ausência de punição, principalmente para quem se envolve em corrupção.

Faço essa reflexão também para me referir, a exemplo do que o Deputado Getúlio Neiva disse, ao nosso STF. Confesso que fiquei, usando uma expressão do saudoso Raul Seixas, abestalhado e assombrado de ver o Presidente da Corte suprema deste país, em alguns momentos, passando muito mais a impressão de estar fazendo uma defesa de uma parte do que um julgamento. Isso é assustador. O Presidente do Supremo, e obviamente todo magistrado, deve fazer julgamento e fazê-lo de forma imparcial, sem paixões, sem tendências. Por isso, surpreendi-me quando vi o Presidente do Supremo, primeiro, criticando a Polícia Federal, que, aliás, tem sido uma das salvaguardas deste país ao combater, de maneira dura, a corrupção. A Polícia Federal tem de continuar atuando, sim, combatendo e prendendo bandido corrupto, que furta dinheiro público.

E não tem que escolher em quem põe algema e em quem não põe. Aliás, a Polícia Federal não prende, a não ser em flagrante, sem ordem do Juiz. E naquele caso que o Presidente do STF comentava, a polícia prendia com ordem de um Juiz. E se era assim, é curioso que o Presidente do STF venha a fazer uma crítica. Portanto, passou a idéia de estar fazendo uma defesa dos Srs. Daniel Dantas e Celso Pitta, de que não poderiam ser algemados. E pergunto ao Deputado Sargento Rodrigues, que é um policial: daqui a pouco, quem for exercer mandado de prisão

vai algemar ou não, de acordo com a autoridade que está sendo presa, de acordo com a conveniência do Presidente do STF? Se é para algemar, que seja do bandido mais simples ao mais repugnante. E acho mais repugnante o bandido que rouba dinheiro público, esse é o mais perigoso e tem que ser algemado, sim. E o pior é a postura absurda neste país de prender e soltar na mesma hora os poderosos. Os poderosos são soltos em fração de segundos, o que coloca em xeque a opinião pública a respeito do Judiciário, se de fato é isento, imparcial e pode fazer com que haja punição. Ou será que aqueles que roubam e se organizam em verdadeiras quadrilhas para roubar bilhões serão sempre apadrinhados, até mesmo na Suprema Corte deste país? Isso, sim, coloca em risco a democracia. Isso é sério e tem que ser dito. E já disse mais de uma vez, e insisto em dizer porque, graças a Deus, não tenho razão para me curvar a desmando, seja do STF, seja de qualquer estrutura judiciária de primeira, segunda ou terceira instância.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Cumprimento V. Exa., pois o assunto que traz à tribuna é da mais alta relevância para a sociedade mineira. Se continuarem a dizer que as Polícias Civil, Militar e Federal só podem efetuar prisão dos três pés, jargão que é muito conhecido no Brasil afora, certamente os Srs. Daniel Dantas e Celso Pitta nunca irão para a prisão. Algemar é um mecanismo coercitivo da polícia, e, se fosse um ladrão de galinhas, iriam querer que fosse algemado. Mas aquele que se locupleta com dinheiro público e faz negociatas é muito mais criminoso do que um cidadão que assalta uma padaria ou um taxista, porque quando rouba o faz detrás de um colarinho branco e de uma mesa, traficando influência o tempo todo sem nem sequer levantar-se da cadeira. Esse é muito mais perverso, maligno e pernicioso para o conjunto da sociedade. Esse, sim, deve estar atrás das grades para dar exemplo. A prisão que a Polícia Federal vem exercendo, nos moldes que V. Exa. citou, é, no mínimo, pedagógica, para que possamos ter, no mínimo, justiça, o que está faltando no Brasil. Considero suas palavras extremamente importantes. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Obrigado. Para concluir, aproveito para dizer que hoje pela manhã, na reunião extraordinária da Comissão de Administração Pública, com outros colegas presentes, além dos membros da Comissão, demos um passo importante para melhorar a estrutura do Judiciário mineiro. Votamos o parecer final do Projeto de Lei Complementar nº 26/2007, que virá a Plenário. Esse projeto trata da organização e divisão do Judiciário, criando melhor estrutura desse Poder no Estado de Minas Gerais, que tem o maior número de Municípios no Brasil. Com essa imensidão de Estado que somos, temos uma enorme dificuldade para que a Justiça se dê de maneira eficiente no interior e nas diversas comarcas. É preciso atualizar, e há mais de uma década o Judiciário mineiro não passava por uma atualização.

Ali tivemos também a oportunidade, com a contribuição de vários colegas, de incluir emendas que procuram tratar da questão dos servidores do Judiciário. Ali procuramos assegurar que o Judiciário envie a esta Casa projeto de lei para a criação de assessoria aos Juizes nas comarcas de primeira e segunda instância, especialmente nas comarcas de entrância especial, para que os processos andem mais rapidamente. Isso porque há processos que ficam parados na Justiça por anos, e as pessoas ficam sofrendo porque a justiça não é feita - são servidores públicos, trabalhadores, cidadãos das mais diversas origens sendo prejudicados pela morosidade da Justiça.

Além disso, conseguimos um feito histórico: com o entendimento desta Casa, com a participação da Amagis, que acompanhou o debate representando os magistrados, e conversando de forma independente, mas respeitosa, com o Tribunal de Justiça, conseguimos elevar a entrância especial várias outras comarcas, como Divinópolis. Ainda lutamos para incluir aí São João del-Rei e outras cidades, que entendemos devem ser igualmente tratadas como entrância especial. Não vou alongar-me, mas é um projeto histórico, que esperamos votar antes de entrar em recesso. Obrigado, Presidente.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, saudação a todos que acompanham das galerias, com expectativa, o trabalho desta Casa. Sr. Presidente, antes de entrar na discussão da mensagem que trata da indicação da Sra. Terezinha Marlene Porto para exercer a função de membro do Conselho Estadual de Educação, quero explicar aos que acompanham os nossos trabalhos que o único ponto favorável à Minoria nesta Casa é o Regimento Interno. Então temos de usar esse recurso para fazer valer alguns direitos ou algumas reivindicações de Deputados. Reivindicações justas e legítimas. Perdoem-me, mas usarei todos os projetos e requerimentos que estão em pauta para exigir que este Deputado, eleito pelo povo, seja também respeitado ou pelo menos ouvido, o que não aconteceu em relação a um outro projeto que também tramita nesta Casa. Hoje, pela amanhã, quando ainda estava sendo apreciado esse projeto em comissão, avisei aos nobres colegas Deputados que me utilizaria do Regimento da Casa para fazer valer o respeito à Minoria.

Se prejudicarei os servidores do Tribunal de Justiça, esclareço-lhes que é a forma de exigirmos que o governo e a maioria desta Casa levem em conta nossas proposições.

Comentarei a indicação da Sra. Terezinha Marlene Porto para exercer a função de membro do Conselho Estadual de Educação. Parece ser chavão falar da importância da educação para o ser humano, para a sociedade, mas não há avanços em uma sociedade se não houver qualidade na política pública de educação.

Os maiores atrasos, seja de um país, seja de uma comunidade, se dão em função da deficiência da política educacional. Embora muitos considerem que a Constituição de 1988 não garantiu avanços, a meu ver, essa consideração é equivocada. Um dos grandes méritos da Constituição de 1988 é a participação da sociedade, seja na formatação, seja na apreciação, seja no controle das políticas públicas, por meio dos conselhos paritários.

Conselho paritário quer dizer garantia de participação de 50% do poder público e 50% da sociedade civil organizada, o que deve ocorrer tanto nos conselhos municipais quanto nos estaduais e nacionais.

É importante dizer que algumas políticas públicas avançaram ainda mais porque garantiram uma composição de 2/3 da sociedade civil nos conselhos estaduais. O Conselho Estadual de Segurança Alimentar e também o Conselho Nacional de Segurança Alimentar são compostos por 2/3 de representantes da sociedade civil e de 1/3 do poder público.

Quando discutimos a apreciação da indicação da Sra. Terezinha Marlene Porto para exercer a função de membro do Conselho Estadual de Educação, temos de ressaltar que essa abertura é para que tenhamos sempre a participação do povo e para que todas as decisões não sejam tomadas nos gabinetes fechados, por pequenos grupos, mas que contem sempre com maior participação da sociedade. Essa é uma conquista, como já disse, da Constituição de 1988.

É importante ainda destacar que, sem a educação, não há avanço, nem cultura, nem a real e pura informação. Os conselhos, sobretudo o Conselho Estadual de Educação, devem ficar atentos a todo o sistema da educação.

Os educadores, os professores são peças-chave no processo. Lamentavelmente, temos ainda no Estado de Minas Gerais muitos servidores cujo piso salarial está abaixo do salário mínimo. E isso é uma vergonha.

É uma vergonha porque a aposentadoria para esses servidores significa uma punição, porque, a partir do momento em que se aposentam, eles perdem, e muito, na folha de pagamento. Enquanto estão na vida ativa, ainda desfrutam de certas conquistas. Às vezes o governo insiste em dizer que são benefícios, mas, na verdade, são conquistas de muitas lutas, de muitas paradas, de muitas manifestações. Às vezes, fruto até mesmo de cacetadas, ou seja, de manifestos em que a repressão é muito mais forte. É vergonhoso termos contracheques cujo piso salarial está inferior ao salário mínimo.

Então, é papel dos conselhos estaduais estarem atentos a essas injustiças. É necessário haver aprimoramento na legislação e se fazer valer a lei para garantir a justiça a homens e mulheres que vêm se dedicando, doando a sua vida em favor de outras vidas, sobretudo no que tange a uma atuação primordial para a sociedade, que é a educação.

Encerro, então, Sr. Presidente, essa discussão. Acatando, desejo sucesso à Sra. Terezinha Marlene Porto no exercício da função de membro do Conselho Estadual de Educação, mas na confiança de que ela, ao ter o seu nome aprovado por esta Casa, faça valer a justiça, sobretudo para com os servidores dessa área.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, enquanto o processo não chega, queria aproveitar esse tempo. Estamos falando aqui da composição dos conselhos, de pessoas indicadas para o Poder Executivo e o respeito que essas pessoas devem ter aos cargos e à comunidade.

Hoje vi esta Assembléia ser desrespeitada: o Sr. Fabrício Torres Sampaio recebe um convite desta Casa para participar de uma audiência pública a ser realizada na quinta-feira para tratar de assunto sobre a rodoviária de Belo Horizonte, patrimônio dos mineiros, patrimônio do transporte coletivo intermunicipal. Ele responde a esta Casa dizendo que não comparecerá a essa discussão sobre a rodoviária, que será transferida "na marra" do Centro para o Bairro Calafate, dizendo que é assunto de interesse exclusivo do Município de Belo Horizonte. Ele, na condição de Subsecretário de Transporte, disse que não virá a esta Casa porque o assunto não interessa ao Estado. Como não interessa ao Estado se a rodoviária é de Belo Horizonte? Como não interessa ao consumidor se este se desloca para todos os rincões deste Estado pagando uma taxa de embarque que pode chegar a R\$6,00? Como não interessa ao Estado se está entregando a rodoviária para a Prefeitura de Belo Horizonte, que é patrimônio de todos nós? Portanto, Sr. Presidente, quando se indica uma pessoa para um órgão executivo, como é o caso dessa pessoa indicada, supõe-se que haja um respeito a esta Casa, um respeito aos mineiros.

Assistimos hoje a uma tragédia para a democracia quando vemos a união de dois partidos da Oposição para atender a interesses que não conhecemos. É isso que vemos hoje, uma falta de senso crítico, de idéias críticas daqueles que outrora fizeram oposição ferrenha às medidas do governo, seja de um lado, seja de outro.

Vejo aqui os servidores expostos a certas práticas que não conhecerão. O que está sendo prometido para os servidores? Quantos por cento de aumento? O que está sendo negociado? São 5% retroativos? Vocês estão de acordo? O que percebemos é que os servidores do Estado, quando não existe oposição, ficam expostos. Que índice será aplicado no reajuste de vocês? Tenham deste Deputado um compromisso de apoio à proposta de vocês, e não à proposta do governo do Estado, porque tanto o IMA quanto o Ipsemg estão em defasagem salarial. Estarei apoiando a proposta do representante ou do sindicato de vocês, seja ela qual for, seja qual for o interesse do Estado, mas preciso saber o que foi negociado e qual o índice que interessa a vocês. Contem com nosso apoio.

Sr. Presidente, espero que a Sra. Maria Dolores da Cunha, uma pessoa respeitada, que está sendo indicada pelo Governador juntamente com os Srs. Márcio Luiz Bunte de Carvalho, João Víctor Mendes, Oderli Aguiar, Sílvia Nietzsche e outros que vão integrar esse importante conselho possam, junto àquele colegiado, apresentar propostas dignas do Estado de Minas Gerais e contribuir para a melhora da educação. Este Deputado faz parte de um conselho de criminologia e tem um colegiado que é um fórum permanente de discussão dos mais importantes problemas da criminologia no Estado de Minas Gerais. Espero que a Sra. Dolores, juntamente com a Sra. Terezinha e outros membros daquele conselho possam ali colocar à disposição da população seus mais profundos conhecimentos na área de educação.

Chamo a atenção dos Deputados e dos servidores para o fato de que é preciso que estes Deputados sejam informados corretamente do que vem ocorrendo nas relações entre aqueles que estão negociando a pauta de vocês e o governo do Estado, porque recebemos a informação de que vocês estariam satisfeitos com os 5% retroativos a partir de janeiro. Se é isso que querem, estou pronto para votar. Se não for isso, que os senhores deixem claro o que querem. Se querem que votemos contra os 5%, votaremos contra.

Já entendi o que os senhores querem. Esperamos encontrar uma saída. É importante nesta hora que os senhores não sejam ludibriados e tenham o reajuste de que precisam.

Por último, Sr. Presidente, gostaria de encerrar dizendo que, no caso da rodoviária de Belo Horizonte, em que o Estado está entregando à Prefeitura aquele terminal, que, por sua vez, repassará a um particular, sendo o consumidor espoliado, esperamos que essa ação do Estado e da Prefeitura não signifique prejuízo para o cidadão de Minas Gerais e para os consumidores que irão embarcar naquele terminal. Esperamos que o DER ou a Setop prestem a esta Casa as devidas informações do teor do convênio que está sendo firmado. Não podemos aceitar que nele o cidadão seja prejudicado e que a Setop ou o DER aqui não compareçam. É obrigação das autoridades aqui comparecer e dar esclarecimentos. Dizer que a rodoviária é apenas do interesse do Município não corresponde à realidade, não podemos aceitar esse posicionamento. Vamos exigir que as autoridades referidas compareçam nesta Casa, sob pena de responderem à Justiça por seus atos. Exigiremos também que cumpram o que determina a Constituição: comparecer a esta Casa para prestar informações. Não serão mais convidadas, mas sim convocadas a dar informações sobre o que está acontecendo nesse convênio entre o DER e a Prefeitura de Belo Horizonte.

Que os senhores continuem atentos, não entreguem a guarda, continuem reivindicando, pois é de interesse dos Deputados que vocês sejam atendidos corretamente naquilo que reivindicam. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, esclareço aos ocupantes das galerias que, na verdade, estamos aqui para votar. Não temos, no entanto, quórum para votação. Temos de garantir o número de Deputados suficientes aqui para votar.

Não tinha percebido, de fato, a discussão do nome da Sra. Maria Dolores da Cunha Pinto, a quem saúdo, para compor o Conselho Estadual de Educação. Trata-se de uma pessoa que tem uma militância na ação social e, com certeza, garantirá a interação da política de ação social com a de educação, prestando, assim, um brilhante trabalho ao Estado de Minas Gerais.

No que tange à pessoa do Sr. Márcio Luiz Bunte de Carvalho, que também passa a integrar o Conselho Estadual de Educação, temos a expectativa, ao aprovar esse nome, de ter na pessoa dele uma grande contribuição para o aprimoramento dessa política pública. Qualquer política pública será eficiente, se maior for a participação não só no planejamento, mas também na execução e no controle dela.

Queremos desejar ao Sr. Márcio Luiz muito êxito. Desejamos que seu trabalho seja, de fato, voltado para a criança e para o adolescente, contribuindo, assim, para que o Estado de Minas Gerais avance em suas políticas públicas de educação.

Companheira e Deputada Elisa Costa, temos ainda muitas crianças e adolescentes que não têm acesso a um ensino de qualidade, seja por deficiência de transporte, seja por existirem ainda, neste Estado, dentro de uma mesma sala de aula, quatro turmas. O professor tem de dar para alguns uma lição e, para outros, outra lição. Ainda temos isso em Minas Gerais. Queremos que o Conselho atenda às precariedades tanto daqueles que dependem da educação quanto para os servidores da área.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Saúdo todos os presentes. Quero contribuir, Deputado Padre João, para com essa sua reflexão sobre a educação, que necessita de qualidade. Em Minas Gerais, precisamos implementar, em cada Município, a escola em tempo integral.

O Conselho Estadual tem papel importante a desempenhar na aprovação e no acompanhamento da educação em Minas Gerais. Quando se indicam nomes para esse Conselho, o objetivo é garantir educação de qualidade em Minas, que faça efetivamente com que as crianças queiram permanecer nas escolas, para, assim, terem o direito de aprender. E, para que haja educação de qualidade, é preciso valorizar os profissionais e os servidores da educação.

Da mesma forma, devem-se valorizar os demais servidores do Estado de Minas Gerais. Registro a presença dos servidores nesta Casa, enfatizando que temos de, a cada dia mais, reivindicar que o governo de Minas Gerais respeite todos os servidores deste Estado. Registro a luta dos servidores que aqui estão, assim como a de todos os que por aqui já passaram, como os servidores da saúde e os da educação; todavia hoje, prioritariamente, registramos a luta dos companheiros servidores públicos do Ipsemg. Trata-se de uma luta dura, que queremos considerar.

Para finalizar, Deputado Padre João, quero informar que recebi um contracheque de uma servidora do Ipsemg, que, após 32 anos de serviço, recebe R\$480,00. Isso é, de fato, um desrespeito. Como todos sabem, queremos que a aprovação do projeto se dê com dignidade, e isso já foi discutido aqui.

Registro a luta dos servidores do Ipsemg como uma luta fundamental. Esperamos que haja sensibilidade por parte do governo do Estado para atender às reivindicações dos funcionários desse Instituto. Estamos nos empenhando nisso. Também estamos lutando pelos servidores do IMA. Podem ficar tranqüilos quanto a isso. A luta é fundamental. Obrigada.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Deputado Padre João, servidores que acompanham os trabalhos da Assembléia, serei breve, até em razão do tempo. Primeiramente, informo que estamos aqui, neste Plenário, para votar tanto o Projeto de Lei nº 2.475 quanto o de nº 2.431, que também está na pauta. Precisamos votá-lo.

Queria falar acerca de uma matéria sobre o Ipsemg.

Na última sexta-feira, dia 11 de julho, saiu uma matéria sobre o Ipsemg mencionando um reajuste, uma diferença de até 22%. Ora, se forem 22%, isso deve ser em um Instituto de outro país; não no Ipsemg de Minas Gerais, cujo projeto trata de um reajuste de apenas 5%.

Queremos reiterar o nosso apelo. Fizemos um acordo para não bloquear a votação. Votamos, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.475, para não prejudicar nenhuma categoria. Sabemos que o IMA também é fundamental, e há um acordo negociado. Mas precisamos chegar a um acordo, inclusive a um acordo com o Deputado Padre João, no projeto de organização judiciária. É importante que todo Deputado seja ouvido nesta Casa, e não apenas alguns. O Deputado Padre João está aqui presente, e estamos aqui para apoiar e votar todos os projetos. Precisamos de uma sinalização do governo nesta Casa.

Parabéns, servidores, pela luta. Deixamos claro, para a população de Minas Gerais, que o reajuste proposto para o Ipsemg é de apenas 5%, e não de 22%. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Agradeço ao Deputado André Quintão por destacar que a precariedade do Estado inicia-se em relação à falta de respeito aos servidores das mais diversas repartições. Desde que entrei nesta casa, enquanto membro da Comissão de Política Agropecuária, também tenho acompanhado a situação dos servidores do IMA. Tivemos conquistas em relação a algumas empresas, como a própria Emater, mas, lamentavelmente, em outras áreas, não tivemos nenhum avanço ou conquista.

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, sabemos que não há qualidade em nenhuma política pública quando o trabalhador dessa política não é valorizado. Por isso, aqui, também, a presença de todos do Ipsemg. O que está em pauta é a apreciação dos nomes que irão compor o Conselho Estadual da Educação. Devem estar atentos a todos os servidores, de todas as áreas, que haja mais clareza em relação à educação. Há professores doentes que têm descontos em seus contracheques sem terem acesso ao médico ou à assistência médica. Eles, muitas vezes, têm de vir para Belo Horizonte, pois não têm acesso a muitas áreas de Minas Gerais. Fazemos um apelo ao outro Conselheiro que está em apreciação, João Victor Mendes de Gomes e Mendonça, que integrará o Conselho Estadual da Educação, para que esteja atento à situação dos servidores da educação que têm o desconto no contracheque para o Ipsemg, mas não têm a devida assistência.

Isso é como roubar. Como desconto um valor no salário do servidor, alegando que é para determinada assistência, sobretudo a saúde, e não garanto o serviço? Os professores que dependem do profissional da saúde ficam desamparados. Isso é uma grande injustiça.

Ao apreciar aqui o nome do João Victor Mendes de Gomes e Mendonça, apelamos ao novo Conselho que esteja atento a essas injustiças, a esse roubo, a esse seqüestro, pelo próprio Estado, do dinheiro dos servidores. A insegurança do educador na sala de aula causa angústia e depressão, comprometendo a qualidade dessa política no Estado. A nossa esperança, com esse novo Conselho, é que haja renovação nas atitudes, nos compromissos e seja feito, portanto, um pacto com a educação de qualidade.

Se o governo de Minas Gerais fosse de fato moderno, teríamos conselhos em todas as áreas. No caso da agricultura, em que o IMA está vinculado à Secretaria de Agricultura, teríamos um conselho paritário, atento a todos os profissionais da área, na Secretaria e nos órgãos vinculados a ela. O mesmo ocorreria em cada Secretaria. A Constituição de 88 estabelece abertura para que a sociedade civil participe da gestão, do monitoramento de todas as políticas públicas.

Agradeço e informo aos cidadãos que vieram aqui, exercendo de fato a cidadania, reivindicando justos direitos, que estou de licença médica, doente - não faço nenhuma apelação desta tribuna -, porém, estou aqui. Não se vota sem quórum. Precisamos ter Deputados aqui para votar. Não se vota nem sequer requerimento sem quórum. É com esse intuito que estamos aqui. Vejo outros Deputados aqui também. Sabemos que alguns estão comprometidos com a justiça, com políticas públicas de qualidade, com a ética e com a transparência. Estamos trabalhando. Chegamos aqui às 9 horas e raramente saímos antes das 21 horas. Estamos discutindo a possibilidade de um controle social para uma das políticas mais importantes que temos: a relativa à educação. Reconheço, na engrenagem da máquina pública, a importância de cada divisão, de cada Secretaria, de cada órgão, de cada pessoa.

E o PT sempre esteve aberto aos sindicatos, a todos os representantes dos trabalhadores. Procuramos fazer essa discussão com o sindicato, porque estamos aqui a serviço do povo mineiro. Não estamos a serviço de governo. Reconhecemos a independência do Poder Legislativo, que

deve ser um Poder autônomo. A Assembléia Legislativa não pode ser um apêndice do Executivo. Temos de fazer valer a Constituição, que dá autonomia a este Poder. É por isso que queremos justiça, ao valorizar a pessoa do Sr. João Victor Mendes, novo integrante do Conselho Estadual de Educação.

Gostaria de fazer um apelo, desta tribuna, ao Sr. João Victor, para que ele esteja atento a todos os aspectos da política de educação. Atento para aquele jovem do meio rural, que está distante 30km, 40km, 70km das escolas.

Sr. Presidente, encerro as minhas palavras desejando ao Sr. João Victor sucesso e êxito. João Victor, esta Casa será parceira do Conselho Estadual de Educação. Conte com esta Casa, para que possamos aprimorar essa política em Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 18/7/08, o Sr. Presidente, nos termos no inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos:

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 2/7/08, que nomeou Meire Adna Carvalho Dias para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Comissão de Segurança Pública;

nomeando Janaína Costa Araújo Rodrigues para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Segurança Pública.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I e II do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nº 15.014, de 15/1/04, e 16.833, de 20/7/07, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 16/6/08, a servidora Lourdes Maria de Castro Teixeira, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 11/8/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo como finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de "no-breaks".

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79 (Ed. Tiradentes), 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.